



A INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA)

Michele Maria de Oliveira¹
Aretusa Carla Santos Maciel²
Rafaela Arruda de Oliveira³
Jéssica Ribeiro de Oliveira⁴

RESUMO

Este trabalho visa destacar a importância da inclusão de pessoas com deficiência na Educação de Jovens e Adultos (EJA), visto que este público-alvo se torna vulnerável e fragilizado devido às circunstâncias histórico-sociais. Assim, Percebe-se a necessidade de estudos e práticas efetivas no que tange a esta modalidade educacional, para que haja a efetivação da aprendizagem, o desenvolvimento, o pertencimento, o respeito, e a concepção deste direito, além da quebra de paradigma no que corresponde às dificuldades enfrentadas por estes educandos e de como são vistos e inseridos na sociedade. Proporcionando, dessa forma, novas possibilidades e oportunidades de combater a evasão e dar sentido e significação à EJA. Como ponto de partida para a discussão, este estudo teve como base os autores Pereira (2006), Arroyo (2017), Bondía (2002), Marquez e Godoy (2020), entre outros. Os objetivos fundamentam-se em discutir a relevância da inclusão de pessoas adultas com deficiência, a responsabilidade educacional e a conscientização social, tendo em vista que a educação é um direito de e para todos(as), como também analisar a concretização desse direito na prática escolar e os desafios enfrentados pelos docentes. Apesar dos esforços para que a educação seja de fato inclusiva, são poucos os estudos que tentam compreender a relação entre a EJA e a Educação Especial, o que nos mostra que é de suma importância adentrar no estudo e na pesquisa. Portanto, apesar das barreiras e dificuldades existentes, a instituição deve garantir a acessibilidade e a inclusão para todos(as) de forma justa e igualitária.

Palavras-chave: Educação Inclusiva, Educação de Jovens e Adultos (EJA), Escola, Inclusão.

¹Graduanda do curso de Pedagogia da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, michele.moliveira@ufpe.br;

²Graduanda o curso de Pedagogia da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, aretusa.carla@ufpe.br;

³Graduanda do curso de Pedagogia da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, rafaela.arrudaoliveira@ufpe.br;

⁴Professor orientador: Professora substituta vinculada ao Departamento de Ensino e Currículo, do Centro de Educação da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE. Mestra em Educação Contemporânea pelo Programa de Pós-graduação em Educação Contemporânea da Universidade Federal de Pernambuco, Campus Acadêmico do Agreste (UFPE/FACEPE), integrante/pesquisadora do Imaginário - Grupo de Pesquisas Transdisciplinares sobre Estética, Educação e Cultura. jessica.ribeiro@ufpe.br.



INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem o intuito apresentar uma reflexão sobre a Educação de Jovens e Adultos (EJA), no que tange à efetivação do processo da Educação Inclusiva, destacando a realidade dos alunos(as) com deficiência que frequentam as aulas de EJA. O aumento significativo principalmente de jovens nessa modalidade é um fato que já inquieta educadores(as) e pesquisadores(as) (BRUNEL, 2004), e quando esse aumento vem agregado ao número maior de pessoas com deficiência, é ainda mais preocupante - a partir das experiências em campo na EJA e vivências na universidade, podemos perceber esse aumento de jovens e pessoas com deficiência nas salas, e infelizmente, a EJA ainda é uma modalidade esquecida e abandonada, tanto em relação a políticas públicas que incentivem a educação de jovens e adultos, como por profissionais que se dediquem de forma efetiva, eficaz e afetiva com esse público carente de atenção, de ser ouvido e percebido com suas experiências e vivências. Como questiona Freire (1996, p. 23), “Por que não estabelecer uma “intimidade” entre os saberes curriculares fundamentais aos alunos e a experiência social que eles têm como indivíduos?”

Podemos perceber que é fundamental estabelecer uma intimidade entre os saberes curriculares fundamentais e as experiências dos indivíduos envolvidos nesse processo de ensino e aprendizagem, e a educação deve ser para todos(as) - independente da condição social do indivíduo ou de sua deficiência (seja ela física ou intelectual), ele(a) tem o direito de construir sua autonomia como sujeito ativo e avançar progressivamente na sua caminhada educacional. Enfatizamos também que é necessária a abertura de diálogo e de reflexão com esses sujeitos, ocupantes desse espaço de aprendizagens múltiplas, entrelaçando-se com suas experiências e vivências.

Os(as) educadores(as) precisam repensar as suas práticas na EJA, sabendo de sua pluralidade e seus desafios, ainda mais quando em sua sala de aula há pessoas com deficiências; nada é fácil, mas tudo é possível quando fazemos a diferença, trazendo a significação e a afetividade e de fato fazendo a inclusão. O(a) educador(a) tem que ter um olhar sensível, para compreender as necessidades dos(as) estudantes e ajudar no seu desenvolvimento, fazendo com que haja confiança entre ambos, e a inclusão ou exclusão desse(a) aluno(a) dependerá desse entrelaçamento na relação entre educador(a) e discente. Afinal, a educação inclusiva deve ser introduzida para todas as pessoas, inclusive para pessoas com deficiência (PCD). Nesse sentido, a educação precisa construir nesse espaço a valorização desses(as) alunos(as). Para Arroyo,



Na educação, desses adolescentes e jovens adultos, avança-se para entender que saberes, valores, identidades, constroem vivendo e sabendo-se periféricos, na sociedade, na cidade, nos campos, nos espaços de moradia, de trabalho, e até educação. (ARROYO, 2017, p. 34).

Arroyo ao trazer essa fala de construção de saberes em vários espaços, mostra que é preciso refletirmos também sobre a educação inclusiva, pois independente de onde ela esteja sendo feita, é preciso incluir, acolher e abraçar a todos os indivíduos. A visão humanista de Freire nos ajuda a compreender que a escola é um lugar de múltiplos saberes e da troca desses saberes. Ela é e deve ser um local também de afetividade, pois muitos dos(as) estudantes, principalmente na EJA, sofrem exclusões em todos os âmbitos de sua vida. Por esse motivo, a sua passagem pela EJA deve ser algo significativo e motivador, para a construção de um futuro melhor e de novas experiências.

Arroyo (2017) em seu livro “Passageiros da Noite”, também retoma essa fala de vivências e experiências que precisam sair do anonimato e serem compartilhadas nesse espaço de troca que é a sala de aula. Dessa forma, é importante ressaltar que o presente trabalho objetiva discutir como a educação inclusiva é necessária, principalmente, para pessoas com deficiência, além de como a responsabilidade educacional e a conscientização social têm um papel fundamental na prática e na concretização de uma educação igualitária, equitativa e de qualidade para todos.

METODOLOGIA

O artigo em questão teve como fundamento o estudo de pesquisas bibliográficas que apontam concordância com a temática proposta. Assim, baseia-se em fundamentos teóricos para embasar as reflexões e as hipóteses levantadas no decorrer do trabalho, sendo expostas nossas inquietações através das leituras realizadas, tendo em vista que a EJA é um “lugar” onde experiências de vida fazem da escuridão um caminho de luz e esperança, mesmo havendo um amontoado de incertezas e exclusões, que essa modalidade de ensino traz consigo em sua bagagem de profissionais muitas vezes em fim de carreira, desmotivados(as) e sem uma prática docente que traga um afeto e comprometimento não só com a educação em si, mas principalmente com as pessoas - ou os “passageiros da noite”, como define Arroyo, um dos autores que nos trouxe as reflexões mais profundas para a nossa pesquisa.



Para Lakatos e Marconi (2003), a pesquisa bibliográfica é um apanhado geral sobre os principais trabalhos já realizados, revestidos de importância, por serem capazes de fornecer dados atuais e relevantes relacionados com o tema.

Portanto, a partir desses apanhados bibliográficos, partimos para refletir e fazer uma breve discussão sobre a relevância da inclusão na EJA e sobre as práticas docentes que ajudem no processo de inclusão, proporcionando aos discentes a autonomia, a motivação e um ensino significativo.

REFERENCIAL TEÓRICO

No Brasil, a educação de jovens e adultos tem sido progressivamente composta por dificuldades. Essa modalidade de ensino é direcionada a um público que sofre, infelizmente, com as limitações e as exclusões dos processos educacionais, apesar de conscientes sobre o seu direito ao acesso, mas não existem condições e estruturas básicas de sobrevivência para que a permanência e a conclusão do ensino básico sejam efetuados em tempo e idade hábil, onde em sua grande maioria são cidadãos(ãs) que trabalham por longos períodos de tempo, possuem filhos, assumem grande responsabilidade familiar, enfrentam a falta de oportunidades decorrentes das dificuldades impostas pela vida dura e sofrida em sociedade, não conseguindo concluir os seus estudos em tempo oportuno, encontrando na EJA um novo caminho para serem alfabetizados e realizarem os seus sonhos através da educação.

Esse caminho sobre o qual a EJA vem sendo construída, é regado por essas pessoas que não tiveram a oportunidade de estudar, o que também evidencia a ausência de ações voltadas para tal modalidade, pois deve-se ter um olhar direcionado para esse ensino com o intuito de esses indivíduos vivenciarem novamente o retorno à escola, diminuindo a evasão dos mesmos, fazendo com que consigam concluir todos os módulos. As primeiras evidências em relação ao que caracteriza a educação de jovens e adultos datam da época da catequização no Período Colonial, onde se tinha uma conduta de buscar educar os indígenas nativos, pois foram dominados com o objetivo de aprender uma cultura e uma educação para serem colonizados. No Brasil Império, em 1876, foram apontados registros de ensino no período noturno para adultos, chamado também de instrução popular:

Educação de Jovens e Adultos viveu um processo de amadurecimento que veio transformando a compreensão que dela tínhamos poucos anos atrás. A Educação de Jovens e Adultos é melhor percebida quando a situamos hoje como Educação Popular (GADOTTI; ROMÃO, 2005, p. 15).



Vale salientar que essa educação sempre foi compreendida como uma possibilidade de civilização. Em 1870, começaram a surgir escolas noturnas que tinham como escopo o de alfabetizar os trabalhadores analfabetos. A educação passou a ser pública em 1891, quando era reservada apenas a quem pertencia à elite. Em 1945, com o fim do Estado Novo e da Segunda Guerra Mundial, a educação e a alfabetização de adultos passaram a ter o intuito de ser um mecanismo para uma melhor perspectiva de desenvolvimento do país, ou seja, começaram a ganhar importância para o ensino de alfabetização de adultos.

Nesse mesmo ano, a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) passou a efetuar orientações aos países sobre a educação no desenvolvimento de adultos alfabetizados; foi quando começaram a surgir as primeiras campanhas nacionais de erradicação do analfabetismo. Apenas no final da década de 1950 e início da de 1960 houveram grandes movimentações sociais que possibilitaram alcançar reformas de base e novas metodologias pedagógicas de alfabetização. Esses movimentos foram idealizados pelo professor e pesquisador Paulo Reglus Neves Freire, o qual propunha que os educandos estivessem no eixo do processo de alfabetização. Dessa forma,

Paulo Freire dizia que educação não poderia ser vista apenas como ferramenta para a transmissão de conhecimentos e reprodução das relações de poder, mas sim como um ato político de libertação e emancipação das pessoas. Enxergava na relação pedagógica uma ação política. Pois compreender o saber como mera transmissão ou como criação e recriação humana; tratar o educando como sujeito ou como objeto do processo, faz uma grande diferença na vida das pessoas (PEREIRA, 2006, p. 52).

A inclusão relaciona-se ao direito de todos por uma educação de qualidade, segundo o qual a instituição deve oferecer seu ensino adequado às necessidades dos estudantes, tornando a escola um ambiente estruturado e adaptado para esses alunos. A Política Nacional de Educação Inclusiva buscou essa interação de educação de acesso inclusivo a todas as pessoas com deficiência. A Constituição Federal de 1988, garante uma educação sem exceção, em que todas as escolas devem atender os alunos(as) deficientes, oferecendo atendimento especializado. Deve-se ter uma escola inclusiva para todos, integrando os alunos com necessidades especiais a participar das atividades escolares e projetos para seu desenvolvimento, pois

As escolas para todos caracterizam-se por reconhecer e valorizar as diferenças, a heterogeneidade das turmas e a diversidade dos processos de construção coletiva e individual do conhecimento. Tais escolas são inclusivas, pois não excluem os alunos, ou seja, não têm valores e medidas predeterminantes de desempenho escolar,



considerando a pluralidade um fator relevante para o desenvolvimento do pensamento (MANTOAN, 2002, p. 84).

Na atualidade, este tipo de inclusão escolar permanece ofertando o acesso ao ambiente escolar, mas ainda carece de práticas efetivas que venham de fato facilitar e buscar desenvolver a acessibilidade e a aprendizagem de todos os estudantes e principalmente daqueles que possuem especificidades que necessitam de apoio para a efetivação das atividades a afazeres escolares que promovam a experiência do aprender. Durante nossas experiências em sala de aula, ao decorrer do curso de pedagogia na Universidade Federal de Pernambuco, foi possível observar que não são disponibilizados profissionais de apoio para as turmas da modalidade EJA na Rede de Ensino Municipal de Recife, Pernambuco.

Pode-se pensar, “mas há estudantes com deficiência na EJA?” Sim, as pessoas com qualquer tipo de deficiência, inclusive as com deficiência intelectual, estão em todos os recortes da sociedade e da educação. A questão a se buscar respostas agora é, “porque não são disponibilizados apoios especializados para realizarem este acompanhamento e buscar ofertar de forma equitativa e igualitária uma educação de qualidade para todos(as)?”

Assim, observamos que essa dificuldade ainda é pouco assistida para sociedade e pelo poder, visto que o conceito existente e praticante de educação inclusiva, na realidade, não é de fato inclusivo, mas sim de exclusão - pois, mesmo com a existência de legislações voltadas para a inclusão da pessoa com deficiência, percebemos que estas legislações nem sempre são observadas e cumpridas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao falar sobre a inclusão de pessoas adultas com deficiência na Educação de Jovens e Adultos (EJA), o que nos inquieta é uma imensa preocupação - não com a questão da socialização dessas pessoas, mas com a inclusão educacional propriamente dita. Essa modalidade de ensino já traz consigo grandes barreiras difíceis de serem quebradas, e quando se adentra em incluir alunos(as) com qualquer tipo de deficiência, essas mesmas barreiras tendem a se multiplicar pela complexidade que se dá na prática da inclusão, partindo principalmente das metodologias dos professores e da sua didática, que necessitam ser inclusivas. Sabemos que a inclusão é para todos(as), independente de suas dificuldades e especificidades; contudo, falar da EJA, já é mais complexo, pois políticas públicas que beneficiem o ensino de jovens e adultos é muito escassa, além de alguns profissionais não se



preocuparem com a qualidade do ensino, e tampouco com a significação que sua prática docente pode trazer na vida de seu público.

Os problemas apresentados pela escola pública são verificados na falta de professores, nas greves e no pouco investimento das autoridades no que se refere à educação da população e mais, quando questionados sobre a escola dos seus sonhos, muitos deles disseram que gostariam de uma escola mais igualitária, mais democrática e acessível a todos (BRUNEL, 2014, p.107).

Nesse fragmento, podemos sentir como é gritante o pedido de socorro dos alunos(as) na EJA. Como nos traz Arroyo (2017), esses passageiros da noite têm suas experiências de vida, seus anseios, seus sonhos. Fazer dessa modalidade de ensino verdadeiramente uma ponte de saberes, conhecimentos, oportunidades e motivações para reconstruir sonhos perdidos, por pedras que a vida infelizmente colocou no caminho, se faz necessário que nós, como futuros professores(as), enchamos nossa prática docente de um olhar sensível, para uma escuta mais afetiva, de acolhimento, de troca de saberes - não apenas de conteúdos, mas de vida, de vivência, porque é nessa troca que o processo de ensino e aprendizagem se torna prazeroso e motivador. Como Cury (2023, p. 46) nos afirma, “Bons professores ensinam os alunos a explorar o mundo em que estão por meio da matéria que ensinam, mas professores fascinantes ensinam os alunos a explorar o mundo que são, o seu próprio ser.”

Levando em consideração o que relata-se, este trabalho busca ressaltar a necessidade e a importância da prática efetiva da educação inclusiva para estudantes com deficiência na EJA, visto que socialmente o público que necessita de atendimento especializado sofre pela ausência de demandas necessárias para a sobrevivência em sociedade por garantia de direitos civis e garantidos de acordo com as leis, os decretos e afins. Porém, de acordo com Brunel (2014, p. 109), “é mais fácil dizer que o problema é dos jovens ou das famílias. Na realidade, os professores, a escola, a família e os alunos sofrem as deficiências de um sistema escolar carente e excludente.”

Na prática e vivências realizadas durante a realização deste artigo, pode-se perceber a necessidade de ações que venham a favorecer esta modalidade educacional que não é valorizada pelo Estado. A partir de nossas práticas no curso de pedagogia na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), foi possível notar que são poucas as unidades escolares que possuem a modalidade de ensino para Jovens e Adultos ativa, e muitas dessas estão encerrado as suas atividades, alegando a grande evasão, evidenciando a necessidade existente em políticas públicas pensem em formas de garantir o acesso e a permanência dessas pessoas na EJA, visto que estas pessoas precisam trabalhar para manter o sustento das suas residências e de seus



familiares. Muitas vezes, as situações precárias em materiais básicos como alimento, moradia, saúde e educação, acabam dificultando o acesso aos estudos por não haver um apoio para estes cidadãos(ãs). Além disso, ao abordarmos estes fatores às pessoas com deficiência, notamos que há mais dificuldades, essas que buscamos entender como ocorre na rede educacional, a inclusão.

Promover a inclusão pode ser uma atribuição desafiadora, visto que a educação carece de investimentos e políticas que favoreçam a realização de estratégias e ações inclusivas, que possibilitem a realmente significação e saber. Assim,

Cabe enfatizar, porém, que Educação Inclusiva não consiste apenas em matricular o aluno com deficiência em escola ou turma regular como um espaço de convivência para desenvolver sua 'socialização'. A inclusão escolar só é significativa se proporcionar o ingresso e permanência do aluno na escola com aproveitamento acadêmico, e isso só ocorrerá a partir da atenção às suas peculiaridades de aprendizagem e desenvolvimento (GLAT, PLETSCH, FONTES, 2007, p. 344).

A inclusão faz-se importantíssima a todos que desejarem acessar a educação, sabe-se que este é um direito, mas que ainda existem muitos impasses a serem enfrentados para que a igualdade, a equidade e a qualidade da educação sejam de fato como devem ser. Dessa maneira, como pode-se promover a inclusão na EJA? Apesar de reconhecermos a fragilidade do público-alvo como educadores(as), precisamos buscar desenvolver meios e ações que venham favorecer o pertencimento, o respeito, a oportunidade e a qualidade com responsabilidade, exercendo o papel docente fazendo com que a educação seja um espaços de valorização e conscientização social, a fim de que a inclusão realmente aconteça e que seja para todas(as).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inclusão se dá em diversos espaços do cotidiano escolar e educacional, fazendo-se necessária no dia a dia e na efetivação de práticas pedagógicas e sociais, para um bom êxito em experiências e aprendizagens em diversas etapas da vida. Para as pessoas com deficiência, estudar é algo desafiador quando se necessita de acompanhamento para a realização de alguma ação, e quando este fator ocorre na EJA, torna-se mais delicado, visto que eles não são equiparados com os demais públicos da educação e carecem de políticas públicas que a favoreçam. Como ressalta Marquez e Godoy (2020, p. 39), “é notório como a EJA demanda



estar sempre em luta para não ser colocada em segundo plano nas políticas públicas educacionais.”

É necessário buscar por melhorias e qualidade de ensino para a EJA, com profissionais capacitados(as) e responsáveis que desejem viabilizar e garantir a acessibilidade aos discentes, seja em suas propostas curriculares, projetos, ações, entre outros, de forma justa e igualitária, apesar dos desafios em promover uma experiências em tempos que tudo é imediato, e sem tempo, como aborda Bondía (2002, p 23), “a experiência é cada vez mais rara por falta de tempo (...) por excesso de trabalho”, mas que seja constante a persistência em busca de melhorias para que essa experiência de aprendizagem e de reconhecimento do potencial dessas pessoas venham a ser garantidas.

Portanto, apesar de existir uma grande lacuna nas políticas públicas na efetivação e promoção dos direitos educacionais e inclusivos para estes alunos(as) e profissionais, deve-se buscar meios de combater a evasão e atrair esses adultos para o espaço escolar que lhe pertencem. Propostas com ações de conscientização, projetos que envolvam a comunidade escolar, compartilhamento de saberes e informações que possam empoderar e encorajá-los(as) a não desistirem em ocupar e permanecer no lugar que é de todos(as) e para todos(as), de forma igualitária e equitativa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARROYO, Miguel G. **Passageiros da noite: do trabalho para a EJA: itinerários pelo direito a vida justa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

BONDÍA, Jorge Larrosa. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, ANPEd, n. 19, p. 20-28, Abr. 2002.

BRUNEL, Carmen. **Jovens cada vez mais jovens na educação de jovens e adultos**. Editora Mediação. Porto Alegre, 2004.

CURY, Augusto. **Como educar crianças e jovens no século XXI**. Principis, São Paulo, 2023.

GADOTTI, Moacir; ROMÃO, José E. **Educação de Jovens e Adultos: teoria, prática e proposta**. São Paulo: Cortez, 2005.

GLAT, Rosana; PLETSCHE, Márcia Denise; FONTES, Rejane de Souza. **Educação inclusiva & educação especial: propostas que se complementam no contexto da escola aberta à diversidade**. Educação Santa Maria, v. 32, n. 2, p. 343-356, 2007.



MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003. (coleção cotidiano escolar).

MARCONI, Maria de Andrade, LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica.** Ed. Ática S.A; São Paulo, 2003.

MARQUEZ, Nakita Ani Guckert; GODOY, Dalva Maria Alves. **Políticas públicas para educação de jovens e adultos: em movimento e disputa.** Uberlândia - Minas Gerais, Rev. Ed. Popular, v.19, n. 2, p. 25-42, 2020.

PEREIRA, D. F. F. **Revisitar Paulo Freire: uma possibilidade de reencantar a educação.** Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

ZANETTI, Maria Aparecida. **As políticas educacionais recentes para a Educação de Jovens e Adultos.** Caderno Pedagógico, n.2. APP – Sindicato, 1999.